VIOLÊNCIA

Onde estão as crianças de Bacabal?

Agatha e Allan sumiram há 9 meses de povoado no Maranhão e buscas foram parcialmente desmobilizadas. A mãe cobra respostas

» DARCIANNE DIOGO

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Clarice mostra foto do casal de filhos, cujo desaparecimento chegou ao ponto em que não há novas informações. Uma angústia permanente

Secretaria de Segurança do Maranhão



A "casa caída" que o primo das crianças descreveu e onde se abrigou

Reprodução/Redes sociais



Há suspeita de que Allan e Agatha teriam sido levados para fora do país

Faltavam 50 dias para o início das aulas na única escola de São Sebastião dos Pretos, povoado quilombola de 226 moradores em Bacabal, no interior do Maranhão, a Unidade de Ensino Fuindamental (UEF) Quilombola José Maia Filho. Os irmãos Agatha Isabelly Reis Lago, de seis anos, e Allan Michael Reis Lago, de quatro, e o primo deles, Anderson Kauã Barbosa Reis, de oito, curtiam as férias. Em um local de extrema pobreza e sem nenhuma opção de lazer, brincavam de fazer bonecos com terra. Assim passavam o recesso escolar, até 4 de janeiro. Naquele dia, às 15h, os três desapareceram. O caso romperia os limites do povoado, levaria às buscas agentes das forças de segurança do estado e voluntários de diferentes partes do país. E ganharia a atenção da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol).

Aos 27 anos, Clarice Cardoso é mãe de Agatha, Allan e André, de nove anos. Os filhos são de relacionamentos anteriores à união que mantém com um homem de 30 anos, que trabalha na montagem de torres de transmissão de energia elétrica. Por causa do serviço, ele passa cerca de três meses fora de casa, antes de retornar por períodos de 15 a 20 dias. Naquele domingo, os dois decidiram aproveitar uma dessas breves temporadas juntos.

Em visita a Brasília, acompanhada da advogada Nathaly Moraes, Clarice reconstituiu ao **Correio** os acontecimentos daquele 4 de janeiro. As duas vieram para conversar com autoridades e chamar atenção para o caso.

No dia do desaparecimento, Clarice acordou às 6h, como de costume. Até as 12h, deu café da manhã para as crianças, banho e as deixou aos cuidados da mãe dela, da qual é vizinha. Depois, Clarice e o companheiro subiram na moto e seguiram pela estrada de chão batido rumo à Bacabal, a cerca de 40 minutos de onde moram.

Primeiro, foram a um sítio de lazer, onde passaram parte da tarde. Depois, seguiram para uma agência bancária, uma farmácia e a rodoviária. Precisavam comprar a passagem de ônibus para o retorno do companheiro ao trabalho. Por volta das 17h, Clarice olhou o celular e encontrou dezenas de ligações e mensagens. Não as percebeu antes por falhas de sinal na região. "Minha mãe e minha sobrinha diziam que os meninos tinham sumido. Voltamos às pressas de moto", relata.

Quando o casal retornou ao povoado, encontrou uma movimentação nunca antes vista ali. Na porta da casa de Clarice, dezenas de pessoas se concentravam nas buscas pelas crianças. Quem tinha moto, adentrou às estradinhas contornadas por matas e que não comportam veículos de quatro rodas. No fim daquela tarde, o calor extremo de mais cedo deu lugar às fortes chuvas, o que dificultou a procura.

Clarice e o companheiro voltaram à cidade de moto para prestar queixa na Delegacia de Polícia de Bacabal. Não tinha delegado na unidade — apenas um repórter da cidade e um escrivão. "O policial orientou que procurássemos o Corpo de Bombeiros. Não imaginariam toda essa proporção", desabafou, vestida com uma camiseta branca estampada com a foto dos filhos.

Naquela mesma noite, o prefeito de Bacabal, Roberto Costa (MDB), determinou o envio de policiais militares do Comando de Operações de Sobrevivência em Área Rural (Cosar) à região. As buscas vararam a madrugada, sem resultados. Não havia rastros, testemunhas nem câmeras que pudessem ajudar a reconstituir o trajeto das crianças. A iluminação também era escassa: poucos postes, instalados nas proximidades das casas, projetavam fachos de luz que mal iluminavam. A situação é a mesma há mais de nove meses.

Dois dias depois do desaparecimento, houve reforço das tropas. A ofensiva incluiu helicópteros, cães farejadores, médicos de prontidão do Samu, Defesa Civil e órgãos municipais. Em 6 de janeiro, a Prefeitura de Bacabal publicou a primeira nota do caso no site institucional: "Prefeitura de Bacabal atua em conjunto com forças de segurança nas buscas por crianças desaparecidas."

Nu e debilitado

Seguindo uma linha reta, quatro quilômetros separam o quilombo São Sebastião dos Pretos do povoado Santa Rosa. Na tarde do dia 7 de janeiro, três produtores rurais passavam de carroça por um local ermo e encontraram um menino nu e debilitado. Era Anderson, com 10kg a menos. O garoto tem diagnóstico de autismo e pouco se comunicava com as equipes de resgate. O short que vestia e a sandália que calçava foram encontrados por voluntários na vegetação, um dia depois.

Anderson permaneceu internado por 14 dias no Hospital Geral de Bacabal. O retorno ao povoado foi acompanhado de um aparato de assistentes sociais e psicólogos. Os cuidados médicos intercavalam com o trabalho investigativo. Àquela altura, a polícia apostava todas as fichas para a elucidação do sumiço de Agatha e Allan num relato de Anderson.

O menino é filho do irmão de Clarice, que ficou frente a frente com o sobrinho várias vezes no anseio de que ele lembrasse de alguma coisa. Mas Anderson tinha uma memória imprecisa do ocorrido. Em um dos diálogos, Clarice ouviu dele o que já desconfiava. "Ele disse que foi levado por um homem e uma mulher. Que tiraram a roupa dele. Só", diz a mãe de Agatha e Allan.

A informação era grave. Aos poucos, Anderson recordava vagamente de alguns detalhes. Mencionou ter bebido água em uma poça, ter andado na beira de uma cerca, ter se abrigado em uma casa "caída" e repetia: "Levaram a Belinha e o Michael". Ela desconfia que o sobrinho foi ameaçado. "Hoje, quando ele vem me dar a benção, não consegue olhar nos meus olhos", explica Clarice.

O resgate de Anderson com vida e o estado em que foi encontrado intrigaram as forças de segurança. Enquanto o menino se recuperava no hospital, mais de 600 voluntários em motos, carros e caminhonetes chegavam ao povoado para ajudar nas buscas. Eram moradores de São Luís, de povados próximos e até residentes de outros estados.

As tropas somavam em mais de 500 profissionais e duas bases de buscas foram erguidas no quilombo como pontos de apoio. Debaixo de lonas, os colaboradores e agentes se alimentavam, traçavam novas estratégias de buscas e promoviam coletivas de imprensa quase que diariamente. As entrevistas apresentavam um balanço diário das buscas.

De concreto, as pistas eram mínimas. Em 16 de janeiro, uma nova informação: voluntários haviam encontrado a casa "caída" que Anderson mencionava. O barraco está situado no meio da mata do povoado São Raimundo, 3,5 km em linha reta da comunidade São Sebastião dos Pretos. Às margens do Rio Mearim, a habitação construída com barro, troncos de madeira e coberta por palha, serve como ponto de parada de pescadores.

À época, o secretário de Segurança Pública, Maurício Martins, afirmou que cães farejadores identificaram a presença das três crianças no barraco e à margem do rio. No dia 17, com a informação do rastro dos irmãos à beira do Mearim, 11 militares da Marinha chegaram em Bacabal para ampliar a força-tarefa. A equipe usou ferramentas de ponta. Entre elas, uma lancha equipada com side scan sonar, tecnologia capaz de gerar imagens detalhadas do leito do rio. O capitão dos Portos do Maranhão, Augusto Simões, explicou, à época, como funcionava o equipamento.

"Estamos aqui para poder empregar a mesma tecnologia que foi empregada em Estreito, por ocasião da **queda da ponte**: um sonar. Ele faz um escaneamento, gerando uma imagem do leito do rio, da coluna d'água e do fundo do rio, vamos dizer assim, e a gente consegue identificar algum tipo de anomalia e, assim, otimizar as buscas que estão sendo realizadas pelos bombeiros mergulhadores", explicou.

Nada foi encontrado. Nenhum rastro ou elemento que comprovasse possível afogamento. Clarice afirma que os filhos nunca foram na beira do rio, pois tinham medo.

Nova estratégia

Sob a mesma lona que abrigava voluntários e agentes, autoridades estaduais e federais da segurança pública do Maranhão reuniram-se, na tarde de 22 de janeiro, para apresentar a nova fase da operação de buscas. Até ali, os 19 dias de trabalho haviam exigido esforço físico, varreduras em campo e investigação. A partir daquele momento, a operação passaria a concentrar as buscas em pontos específicos, com base em denúncias, com o aprofundamento do trabalho de apuração. Naquele dia, também seria publicada a última nota sobre o caso no site da Prefeitura.

Uma das bases seria desativada, os pontos vistoriados no rio não indicavam nenhum vestígio e a Polícia Militar maranhense e o Exército dariam suporte técnico à operação, com deslocamento imediato a locais de difícil acesso. A maior operação de busca por pessoas desaparecidas na história do estado desmobilizava-se parcialmente.

Na Polícia Civil do Maranhão, o inquérito sobre o desaparecimento de Ágatha e Allan continua aberto, mas o caso ganhou atenção internacional. No começo de setembro, a advogada da família, Nathaly Moraes, informou que a Interpol se colocou à disposição para auxiliar nas buscas após contatos feitos com o consulado e o Núcleo de Cooperação Internacional.

A nova frente internacional surgiu a partir de informações sobre crianças resgatadas fora do país. Não se confirmou, no entanto, que os irmãos estariam entre elas. Em outubro, Clarice e a defensora estiveram em Brasília para pedir apoio das autoridades políticas, entre as quais a senadora Damares Alves (Republicanos-DF).

Clarice tem certeza de uma coisa: não desistirá. Enquanto clama por ajuda para encontrar os filhos, enfrenta o trauma de continuar vivendo no lugar onde nasceu, mas que, desde o desaparecimento das crianças, se tornou cenário de sua dor diária.

Ponte cai e mata 14

O colapso da ponte Juscelino Kubitschek ocorreu em 22 de dezembro de 2024. A ponte, que cruzava o Rio Tocantins como parte das rodovias BR-226 e BR-010, ligava os municípios de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO) desabou e matou 14 pessoas. A ponte foi inaugurada em janeiro de 1961 e há tempos a estrutura carecia de conservação. O que restou da estrutura foi implodido em 2 de fevereiro de 2025.

Quatro perguntas para

Paulo Roberto da Costa Castilho, promotor da 1ª Promotoria Criminal de Bacabal

Depois de nove meses do desaparecimento das crianças, o que o Ministério Público sabe sobre o caso e qual tem sido sua atuação?

Até o momento, não temos informações que permitam afirmar que houve um crime. O que sabemos é que as crianças desapareceram e isso abre diferentes possibilidades. O Ministério Público atua tanto na área criminal quanto na proteção dos direitos de crianças e adolescentes. No caso de Anderson Kauã (primo de Agatha e Allan), temos acompanhado os cuidados com ele, com a preocupação de evitar pressões excessivas e a revitimização. Durante as buscas, acompanhamos a força-tarefa e, depois que o encontraram, procuramos preservar a criança e obter informações que pudessem ajudar a esclarecer o que aconteceu. Dentro das condições dele, conseguimos colher um depoimento com o auxílio de uma psicóloga.

Quais hipóteses continuam sendo investigadas e que resultados foram obtidos até agora?

Existem linhas de investigação que ainda não foram descartadas. Entre as hipóteses levantadas, estão a possibilidade de as crianças terem caído no rio ou de terem sido sequestradas. Durante as buscas, os cães farejadores identificaram o cheiro das crianças em uma residência abandonada e seguiram um percurso até determinado ponto, onde houve uma separação entre o trajeto de Anderson Kauã e o das outras duas crianças (Agatha e Allan). O rastro destas últimas seguiu em direção ao rio. Pessoas que atuavam na região, incluindo barqueiros, foram interrogadas. Também houve pedidos de quebra de sigilo, mas as medidas cumpridas não trouxeram informações relevantes para o caso. As investigações continuam.

A polícia ainda recebe denúncias sobre o paradeiro das crianças? Como o Ministério Público avalia essas informações?

A polícia mantém um canal aberto para receber denúncias e informações. Fui informado pela polícia de que continuam chegando relatos, mas muitos são desencontrados. Houve até o recebimento de fotografias produzidas por inteligência artificial. Também surgem informações de que as crianças teriam sido vistas em outras cidades, mas, quando verificadas, algumas não se confirmam. Isso prejudica o andamento do trabalho, porque mobiliza equipes e consome tempo e recursos que poderiam ser direcionados a outras diligências. Todas as informações recebidas são avaliadas, mas é necessário verificar sua veracidade.

O inquérito teve a prorrogação solicitada por mais 90 dias. O que falta para a conclusão e quais são os possíveis desdobramentos?

O inquérito policial tem prazo, finalidade específica e precisa ser concluído. A polícia pediu a prorrogação por mais 90 dias, sob a justificativa de que ainda há diligências a cumprir, e o Ministério Público se manifestou favoravelmente. A investigação é conduzida por um grupo de investigadores e delegados de fora da comarca, com participação de um delegado do Departamento de Proteção à Pessoa. Ao final, se não forem encontradas provas suficientes, poderá ser solicitado o arquivamento, sem prejuízo de eventual reabertura diante de novas provas. Se houver elementos que indiquem a autoria de um crime, também poderá haver indiciamento. Por enquanto, há linhas investigativas em aberto e o trabalho continua. (**DD**)